

# Sobre uma intencionalidade fenomenal

*Márcio Francisco Rodrigues Filho<sup>1</sup>*

**Resumo:** Neste ensaio oferecemos duas razões para se acreditar em um programa de pesquisa relativamente novo em filosofia da mente: A Teoria da Intencionalidade Fenomenal. Abordamos como esta teoria se fez, clareando seu aspecto mais importante e para isso, mostramos porque a intencionalidade fenomenal se fundamenta nas propriedades fenomenais da experiência consciente dos sujeitos para formar os conteúdos mentais que, são tidos aqui como propriedades intrínsecas da experiência consciente. Por fim, apresentaremos dois argumentos que defendem 1) a existência de estados intencionais fenomenais internalistas e 2) a intencionalidade fenomenal como fonte primária (intrínseca/genuína) da própria intencionalidade.

**Palavras-chave:** fenomenal; intencional; intencionalidade fenomenal; consciência fenomenal.

## **About a phenomenal intentionality**

**Abstract:** In this essay we offer two reasons to believe in a relatively new research program in philosophy of mind: The Theory of Phenomenal Intentionality. We approach how this theory was made, by clarifying its most important aspect and for this, we show why phenomenal intentionality is based on the phenomenal properties of the conscious experience of subjects to form the mental contents which are here regarded as intrinsic properties of conscious experience. Finally, we will present two arguments that defend 1) the existence of internalist phenomenal intentional states and 2) phenomenal intentionality as the primary (intrinsic / genuine) source of intentionality itself.

**Keywords:** phenomenal; intentional; Phenomenal intentionality, phenomenal consciousness.

---

<sup>1</sup> Doutorando PPG-Filosofia UNISINOS. E-mail: marcio.francisco.rodrigues@gmail.com.

## 1. Introdução

Durante as décadas de 1980 e 1990 houve um desenvolvimento das teorias da intencionalidade que visam compreender este fenômeno em termos de rastreamento de itens no ambiente onde o organismo intencional está inserido ("The Tracking Theories")<sup>2</sup>. Tais teorias foram motivadas por uma necessidade de "naturalizar" a noção de intencionalidade a fim de eliminar os resquícios metafísicos que envolvem o tema. Mesmo com várias críticas contundentes e desafios propostos<sup>3</sup> as "tracking theories" seguiram com bastante entusiasmo propondo que os conteúdos mentais são externalistas, isto é, são fixados, ou seja, constituídos, sobretudo, pela forma como é dada a relação entre os

---

<sup>2</sup> As teorias "de rastreamento" entendem o fenômeno mental da intencionalidade como uma relação de rastreamento, tudo é uma questão de detectar, de transportar informações sobre ou de alguma forma, para corresponder o cérebro com estados ou itens no ambiente. Autores altamente conhecidos são Stampe (1977), Dretske (1981, 1988, 1995), Millikan (1984), Papineau (1984), Fodor (1987, 1990) Neander (1996) e Rupert (1999). Muitos combinaram as teorias de rastreamento com teorias de intencionalidade, sobre a consciência fenomênica (a visão de que a consciência fenomênica é uma espécie de intencionalidade). Esta união por vezes é chamada de "tracking representationalism". Para exemplos de a junção representacionista ver, Lycan (1996), Dretske (1995) e Tye (2000).

<sup>3</sup> Aqui não há espaço para todas estas críticas as teorias do rastreamento, sobretudo porque este não é o objetivo deste artigo, contudo, a acusação principal diz respeito ao problema da disjunção atribuído a Fodor (1987). Em resumo, as previsões daquilo que um estado mental representa podem estar erradas. Imagine que um cão causa o estado mental CÃO, quando represento erroneamente um cão, digamos, no escuro e o que causa CÃO é uma raposa, agora, raposas não representam raposas, mas CÃES? Brown (1993), Baker (2007) e Pietroski (1992), por exemplo, desenvolvem a objeção as teorias teleológicas de rastreamento atribuídas comumente a Millikan (1984, 1986) e Dretske (1988). De modo que se funções biológicas são determinadas evolutivamente, então aquilo que fixa o conteúdo mental, não poderia ser a seleção natural, dado que uma duplicata molécula por molécula de um sujeito, por exemplo, caso emergisse de um pântano, embora tivesse os mesmos estados cerebrais poderia se comportar exatamente como sua duplicata, mesmo não tendo sido fixado pelo que o modelo exigia. Horgan, Tienson & Graham (2004) afirmam que uma duplicata "brain in a vat" não teria interação com o meio ambiente embora tivesse os mesmos estados mentais, mas como? Há outra família de objeções a formação do conteúdo perceptual porque experiências de cor parecem acompanhar o reflexo de comprimentos de onda, mas, como observado por Campbell (1969), Hardin (1988) e Maund (1995) o roxo como perceptivamente representado tem uma tonalidade binária (vermelho e azul), já o azul tem uma tonalidade unitária e nada na estrutura destas propriedades de refletância reflete isso. Assim, propriedades de cor representadas na experiência perceptiva não são propriedades de refletância, ou seja, não são coisas que rastreamos? Pautz (2013) apresenta o aspartame e alguns dos seus estereoisômeros que são quimicamente muito semelhantes, mas têm um sabor muito diferente! Para mais veja Mendelovici e Bourget (2014).

cérebros e os itens no ambiente a qual estes cérebros estão imersos (MENDELOVICI e BOURGET, 2014).

No final dos anos 90 até os dias atuais se fez um tipo muito diferente de teoria sobre a intencionalidade, a chamada Teoria da Intencionalidade Fenomenal (TIF) <sup>4</sup>. Hoje há muitas abordagens teóricas visando entender a intencionalidade enquanto outro fenômeno mental, a saber, a consciência fenomênica, ou aquilo que Nagel (1974) chamou de o "como é" experienciar estados mentais. As teorias de rastreamento entendem que a intencionalidade é uma relação dos "nossos cérebros" com as características do ambiente a nossa volta, mas as teorias da intencionalidade fenomenal são radicalmente internalistas, ou seja, os estados mentais estão fundamentados nas propriedades fenomenais que são advindas da experiência dos indivíduos. Assim, dado que qualidades são injetadas no mundo por meio das características constitutivas das nossas experiências subjetivas conscientes, então a intencionalidade fenomenal precisa ser internalista, pois não faz recurso a nada fora da própria constituição física de nossos cérebros que, espera-se, ser o causador destes fenômenos (MENDELOVICI e BOURGET, 2016).

Aqui, neste breve ensaio, apresentaremos esta teoria que é radicalmente diferente das chamadas "teorias de rastreamento". São muitos os defensores desse tipo de abordagem e aqui citamos alguns, Loar (1987, 1988, 1995, 2002, 2003), Searle (1990, 1991, 1992), Goldman (1993), Strawson (1994), Siewert (1998), McGinn (1988), Horgan & Tienson (2002), Horgan, Tienson & Graham (2003, 2004, 2006, 2007), Georgalis (2006), Pitt (2004, 2009, 2011), Farkas (2008a, 2008b, 2013), Bourget (2010), Mendelovici (2013), Kriegel (2007, 2008, 2011a, 2011b, 2012, 2013a, 2013b), Horgan (2013), Pautz (2013), Bourget e Mendelovici (2014; 2016).

Este trabalho se dará em quatro etapas. Primeiro iremos abordar o que é a TIF? Em segundo lugar, iremos apresentar a

---

<sup>4</sup> Daqui em diante TIF será nossa abreviação para "Teoria da Intencionalidade Fenomenal" a exemplo de Bourget e Mendelovici (2016) que abreviam como PIT, "Phenomenal Intentionality Theory".

principal ferramenta da TIF para abordar o fenômeno da intencionalidade, a saber, a consciência fenomênica. Num terceiro momento, explicamos através de dois argumentos porque há proponentes da TIF que defendem uma intencionalidade fenomenal que é radicalmente internalista e intrínseca. O primeiro argumento apresenta a existência de um conteúdo intencional que possui um aspecto fenomenal puro, ou seja, um aspecto fenomenal que é constituído apenas pela fenomenologia, os qualia, ou ainda, os aspectos qualitativos da experiência consciente<sup>5</sup>. Já o segundo, se baseia na teoria pragmatista de Dennett (2009) afirmando que se Dennett está correto, então a intencionalidade original, ou seja, fundamental, é exatamente a intencionalidade fenomenal, uma intencionalidade constituída pelas propriedades constitutivas da experiência dos sujeitos que representam.

## **2. Abordagens da intencionalidade fenomenal**

A Intencionalidade fenomenal tem sido debatida muito recentemente sob esse termo, afinal, em Searle (1992) e McGinn (1988) e outros<sup>6</sup> a intencionalidade era tratada como "intrínseca". A TIF vem sendo vista dentro da filosofia analítica ao menos desde a publicação de dois artigos que se tornaram referência para o termo. O Primeiro artigo exaustivamente citado dentro dessa perspectiva foi escrito por Horgan<sup>7</sup> e Tienson<sup>8</sup> (2002) intitulado "The

---

<sup>55</sup> Tanto quanto Searle (1992) e outros proponentes da TIF como Bourget e Mendelovici (2016) entendemos fenomenologia em si mesma, propriedades fenomenais da experiência e experiência consciente como sendo sinônimos, ou ainda, propriedades que se referem ao que elas são, qualia.

<sup>6</sup> Na famosa enciclopédia Stanford de Filosofia, por exemplo, pela primeira vez o termo foi publicado no dia 29 de agosto de 2016 (BOURGET E MENDELOVICI, 2016).

<sup>7</sup> Terence Edward Horgan é um filósofo norte americano nascido em 13 de outubro de 1948 e seus interesses principais são metafísica, filosofia da mente e metaética. Terminou seu bacharelado em Filosofia na Universidade de Stanford em 1970. Quatro anos depois terminou seu Ph.D. na Universidade de Michigan onde trabalhou a o problema mente-corpo em Jaegwon Kim, autor que tem forte influência no seu trabalho. Teve cátedras em Illinois, Michigan, Memphis e desde 2002 é professor em Tucson, no Arizona (T.HORGAN, 2016).

<sup>8</sup> John Tienson é professor emérito do departamento de filosofia da Universidade de Memphis onde está vinculado desde 1986. Fez seu bacharelado em filosofia na Universidade da Califórnia em

Intentionality Of Phenomenology And The Phenomenology Of Intentionality", que foi publicado na coletânea "Philosophy of mind: classic and contemporary readings" organizada pelo renomado filósofo da mente David Chalmers em 2002. O segundo "clássico" é de 2003 e foi escrito por Loar<sup>9</sup> que o publicou em outra coletânea "Reflections and Replies: essays on the philosophy of Tyler Burge" organizada por Martin Hahn e Bjørn Ramberg (2003). Entretanto, vale ressaltar que grande parte desses trabalhos recentes beberam nas fontes de outros autores já bem conhecidos na filosofia da mente analítica, Searle (1992), Strawson (1994) e MacGinn (1988), Siewert (1998). Contudo, há filósofos clássicos como, Descartes (1596-1650), Locke (1632-1704) e Hume (1711-1776) que também inspiram este pensamento sobre a intencionalidade (KRIEGEL, 2013a).

### **3. A intencionalidade fundamentada na consciência fenomênica**

A TIF considera que as propriedades constitutivas dos aspectos fenomenais da experiência, ou seja, as propriedades qualitativas, como sendo, as bases constituintes da intencionalidade. Dado que a intencionalidade é entendida tradicionalmente na filosofia como sendo uma propriedade cognitiva e afenomenal, portanto, precisamos explicar como a TIF procura fazer esta fundamentação. Assim, primeiro explanaremos aqui a abordagem principal da intencionalidade fenomenal. Depois, na próxima seção, apresentaremos um argumento que reivindica que os conteúdos

---

Berkeley, seu mestrado na Universidade de Illinois e fez seu P.H.D também em Illinois. Suas áreas de interesse são filosofia da mente, metafísica, filosofia da linguagem e os empiristas britânicos. Publicou extensivamente sobre os fundamentos da ciência cognitiva (principalmente em colaboração com Terence Horgan). É coeditor da revista *The Southern Journal of Philosophy*. Junto de Horgan e George Graham está escrevendo um livro sobre a Intencionalidade Fenomenal pela editora da Universidade de Oxford (MEMPHIS, 2016).

<sup>9</sup> Brian Loar fez é professor II no departamento de filosofia da escola de artes e ciências da Rutgers, Universidade Estadual de Nova Jersey, nos E.U.A. Fez seu Ph.D. na Universidade de Oxford e tem interesses filosóficos nas áreas da Filosofia da mente, filosofia da linguagem, Metafísica e extensiva publicações nessas áreas. Hoje pesquisa a intencionalidade fenomenal, conceitos e o estado físico da consciência (RUTGERS, 2006).

mentais estão fundamentados nas propriedades qualitativas, os qualia. Propriedades estas que são entendidas pelos teóricos da intencionalidade fenomenal como sendo, propriamente, as características exibidas pela nossa experiência quando estamos atentos a ela.

Sabe-se que em filosofia da mente a consciência fenomênica é entendida enquanto aquilo que dá um aspecto subjetivo ou qualitativo aos estados mentais, aquilo que Thomas Nagel (1974) chamou de o "como é" (experienciar) certos estados mentais ("what is it like"). Se os estados mentais são conscientes na medida em que "têm" propriedades fenomenais, então estes estados poderiam ser caracterizados a partir daquilo que constituem tais propriedades fenomenais. Kriegel (2013b) entende que os estados fenomenais são exatamente caracterizados por seu caráter fenomenal, que é um modo especial de ser apresentado na experiência dos sujeitos como aquilo que é o "como é" experienciar estes estados mentais (KRIEGEL, 2013b).

Existem muitas teorias que visam explicar a intencionalidade através de termos de relações causais, relações informativas, papéis funcionais, entre outros elementos "naturalistas", supostamente, "não-metafísicos", ao julgar que eles dariam conta da explicação do fenômeno da intencionalidade em termos estritamente físicos ou de relações entre entidades físicas mundanas. Contudo, a TIF se destina a explicar a intencionalidade mental em termos de consciência fenomenal onde esta nada mais é do que as próprias propriedades que constituem a experiência consciente dos sujeitos: algo qualitativo, subjetivo, intrínseco e internalista.

Sabemos que um conteúdo mental estreito é aquele que contrasta com um tipo de conteúdo mental amplo porque ao contrário desse, o conteúdo estreito não depende de nenhuma característica do ambiente onde o indivíduo está imerso, já que só recorre às características constitutivas do próprio indivíduo, enquanto o conteúdo mental amplo depende das características do

ambiente do indivíduo, bem como das características do próprio indivíduo<sup>10</sup>. Isto porque na TIF a consciência e seus aspectos fenomenais são entendidos enquanto formadores, ou seja, modeladores dos conteúdos intencionais. Na TIF conteúdos mentais não são amplos, mas estreitos, porque são constitutivamente inerentes ao sujeito da experiência. É consciência que explica a intencionalidade e não o contrário (KRIEGEL, 2013a; 2013b). Assim, o aspecto principal da mentalidade é a consciência fenomênica porque ela possibilita a existência dos estados intencionais como um todo (PAUTZ, 2013). De modo que Kriegel (2011a, 2013a), por exemplo, alega que a consciência é a "fonte" da intencionalidade, pois a consciência "injeta" a intencionalidade no mundo.

A TIF põe em cheque a abordagem tradicional da filosofia da mente a qual a mente é um fenômeno separado em dois polos mutuamente exclusivos e independentes um do outro. A TIF não aceita a caracterização padrão, onde temos "uma atraente base para definir estados mentais como aqueles que tem ou intencionalidade ou qualidade fenomenal" (ROSENTHAL, 1986, p. 5). Para TIF um engano tem sido repetido, pois tradicionalmente "tem sido costume distinguir duas grandes categorias de fenômenos mentais, o intencional e o fenomenal" (KIM, 1998, p. 101). Os proponentes da TIF afirmam que todos os estados intencionais são ou estão, relacionados de uma forma muito importante com os estados fenomenais, pois a consciência é, antes de tudo, a base constitutiva onde assentam os estados intencionais (MENDELOVICI e BOURGET, 2016).

Sabemos que é comum entender que os estados mentais fenomenais são exemplificados como sendo, por exemplo, as experiências perceptivas, as dores, os sentimentos emocionais, ou episódios de imagens mentais e que isto, está de um lado e a

---

<sup>10</sup> É amplamente controverso se há tal conteúdo estreito. Além disso, que tipo de conteúdo é e qual sua relação com o conteúdo amplo? Ainda assim, embora os teóricos da TIF deem as abordagens mais diversas a estas propriedades é comum entendê-las como sendo propriedades intrínsecas do sujeito, ou seja, entidades metafísicas.

experiências cognitivas, tais como as sensações de "déjà vu" <sup>11</sup>, pensamentos episódicos, memórias, etc., estão de outro (BLOCK, 2007). Agora, um estado mental intencional fenomenal é exatamente uma instanciação de uma propriedade intencional constituída pela própria matéria subjetiva (passado, presente e/ou futuro) desses estados fenomenais, em virtude da própria transparência da experiência<sup>12</sup>. Um estado mental consciente é um estado mental intencional neste sentido. Por isso, por exemplo, quando imaginamos um círculo azul, tal círculo não é nada se não o próprio círculo azul em virtude dessa transparência da experiência, ou seja, não há nada além da forma, da experiência consciente que temos de tal círculo "ali" na mente além da sua própria representação e forma de ser apresentada a nós mesmos enquanto um estado de "token" (LYCAN, 2015).

#### **4. A intencionalidade fenomenal é estreita e intrínseca**

Nesta sessão apresentamos um argumento em favor de um conteúdo mental estreito e depois, outro, como uma continuação dele, em apoio à existência de uma intencionalidade intrínseca, isto é, originária, uma intencionalidade que por si mesma gera ou constitui o próprio conteúdo mental por meio de sua própria forma, a intencionalidade fenomenal.

Um estado intencional fenomenal é constituído pela forma como tal estado é representado na consciência, com as suas características fenomenais. Já um estado intencional afenomenal (representações inconscientes) é algo "incolor", sem perspectiva. Isto porque se ter uma mente consciente é, sobretudo, ter uma

---

<sup>11</sup> Ilusão da memória que leva o indivíduo a crer já ter visto (já ter vivido) alguma coisa ou situação de fato desconhecida ou nova para si: paramnésia (BROWN, 2003).

<sup>12</sup> Tal argumento foi canonicamente apresentado por Moore. Em uma das várias maneiras de demonstrá-lo, infere-se que, se um sujeito X tem uma sensação Y, Y é uma sensação de Z. Ao ter a sensação de Y, X tem apenas conhecimento direto de Y. Portanto, X é diretamente consciente de Y, mas somente poderá ser diretamente consciente de Z se Z for igual a Y (MARTIN, 2002).

perspectiva do mundo, então pensamentos sobre uma frase escrita num pedaço de papel ou letras na tela do meu computador já que são conscientes possuem intencionalidade fenomenal, enquanto as letras em si mesmas e o computador, assim como garrafas de coca cola ou pés de alface, não tem uma perspectiva própria porque não tem um conteúdo fenomênico. São pura forma, sintaxe sem significado algum, porque são propriedades inconscientes, não mentais. Muito embora a linguagem tenha intencionalidade, pois palavras representam coisas além delas mesmas e palavras tenham um conteúdo, o conteúdo semântico, ao contrário das meras formas físicas, ainda assim, tal conteúdo semântico das palavras dependem de uma mente consciente para existir, para se tornarem estados de token instanciados por uma mente que é capaz de experimentar algo.

A linguagem é sintaxe mais semântica, a linguagem não existe sem uma mente, do contrário, tudo seria linguagem. Sintaxe é um componente linguístico, mas em si mesmo é mera forma. Agora, a semântica é o conteúdo desta sintaxe, é algo fenomenal que consegue impor, através da sua forma qualitativa, a algum objeto sintático por uma mente que capaz de consciência. Assim, quando vista a partir da TIF a linguagem precisa de uma mente consciente para instanciar e abstrair de alguma coisa de um único caso particular, para ser capaz de existir uma generalidade. Vamos mais devagar aqui. Para tanto, imagine um animal humano saudável chamado Jesus. Ele nunca saiu da sua casa, para ser mais exato, do seu banheiro. Jesus nunca viu uma árvore. Um dia Jesus sai de casa e começa a perguntar: "o que é aquilo? Aquela coisa lá, o que é?" A mãe de Jesus o acompanha e vai dizendo: "aquilo é um carro. Aquilo é uma árvore", etc. Imagine agora que a árvore que Jesus avistou era uma laranjeira. Se Jesus é saudável, sabe falar o português e decorou que aquela forma sintática possuía um conteúdo semântico, a saber, "laranjeira", então o que acontecerá quando Jesus for apresentado a uma figueira e a ele for perguntado: "Hei Jesus? Você sabe o que é isso?" (apontando para a figueira). Acredito que seria plausível

supormos que em virtude da capacidade da abstração mental de Jesus, ou seja, em vista da sua capacidade de fazer generalizações a partir de um único caso particular, que Jesus iria responder: "isto é uma árvore"<sup>13</sup> (SCHOPENHAUR, 2005).

Palavras no papel, por exemplo, são símbolos abstratos, mas apenas para uma mente consciente, fenomenal, capaz de abstraí-los. Em si mesmas, são formas físicas afenomenais, riscos no papel. São entidades que mentes conscientes com capacidade de abstração, de formar conceitos, isto é, de generalizar a partir de um único caso particular, podem abstrair e entender seu conteúdo, dado que mentes conscientes, nesta visão, têm semânticas, pois podem dar conteúdo fenomenal a sintaxe. Assim, se não há uma mente consciente para ler tais palavras e compreendê-las, não há uma representação do significado dessas palavras. Se não há uma representação dessas palavras, não há uma perspectiva a respeito delas, isto é, não há qualidade fenomenal alguma aqui. Não havendo uma perspectiva a respeito delas, embora as palavras existam, estejam ali, no papel ou em outro lugar, elas não são um conteúdo mental, ou ainda, dado que palavras enquanto palavras são propriedades do mundo inerente mente abstratas, sem uma mente, não há palavras! Digo isto porque dado que palavras não instanciadas pela mente de alguém, ou seja, quando não são representadas por uma mente, não são um conteúdo mental, assim, tais palavras não são intencionais. Por isso, poesias escritas em um livro, embora contenham inúmeras experiências imagináveis não possuem nenhum aspecto fenomenal quando não estão sendo lidas por uma mente consciente (KRIEGEL, 2013b).

Os teóricos da TIF alegam que a intencionalidade afenomenal é derivada das mentes conscientes porque apenas mentes conscientes têm experiência de algo e apenas ago que possui j[á uma experiência qualitativa da realidade, poderia experimentar,

---

<sup>13</sup> Ser capaz de fazer uma generalização a partir de um único caso particular é a forma como Schopenhauer (2005) definiu a capacidade de poder lidar com conceitos, ou seja, a faculdade de conceituar ao contrapô-la com a faculdade da intuição que seriam.

ou ainda, só uma mete consciente poderia exibir por si mesma, através de seu aparelho cognitivo (cérebro) que a instância, uma perspectiva qualitativa da realidade. Por isso, para teóricos como Kriegel (2013b), ou ainda, McGinn (1988), se mentes conscientes são fenomenais, portanto, qualitativas, então quando os estados mentais intencionais forem ocorrentes, isto é, conscientes, esses estados intencionais serão, sobretudo, fenomenais. Isto porque tais estados conscientes são, justamente, experiências mentais repletas de qualidades, quando instanciadas por sujeitos capazes de suportar algum tipo de estado fenomenal.

Além disso, há uma visão "separatista" entre os estados mentais fenomenais e afenomenais que não nos permite visualizar a intencionalidade como uma característica da consciência (experiência qualitativa). Tal visão é enganosa, segundo Horgan e Tienson (2002) porque nos força a crer que exista um determinado aspecto fenomenal que não poderia estar acompanhado de qualquer propriedade intencional e vice-versa. Porém, como ter uma "dor de dente" sem ter um conteúdo mental intencional de uma "dor de dente"? Como acreditar que p sem "acreditar que p"? Inclusive, Lycan (2008) defendeu que este "separatismo" foi à atitude padrão na filosofia durante os anos 1950 aos anos 1980, sobretudo, devido à herança de Sellars (1912-1989) e Ryle (1900-1976) entregue aos os filósofos da mente. Mendelovici e Bourget (2014) vão mais longe, e alegam que o separatismo é a atitude padrão dentro do "mainstream" da filosofia da mente.

Há "representacionistas redutores" em nossos dias. Estes são externalistas sobre o conteúdo mental já que entendem que o personagem fenomenal da experiência, é completamente determinado pela sua natureza intencional. Teóricos da intencionalidade redutores deste tipo procuraram reduzir a intencionalidade à mera representação mental externalista, ou seja, a intencionalidade é explicada por ser a característica da mente que possibilita a relação entre a mente do sujeito e os itens a serem rastreados no ambiente (LYCAN, 2015). Os cérebros aqui seriam

máquinas “projetadas” para mediar o comportamento dos organismos com o seu meio de forma mais apropriada. Todavia, embora os teóricos da TIF possam concordar com o representacionalismo e com a existência de uma conexão íntima entre a consciência e a intencionalidade, ao contrário dos representacionalistas redutores, que aceitam o externalismo semântico, onde o mero rastreamento do ambiente por aparelhos cognitivos (cérebros) poderia fornecer significado à mentalidade dos sujeitos, na TIF a situação é outra. Afinal, o conteúdo mental é uma representação do sujeito e este sujeito que, por ser capaz de ter experiência subjetiva, ou seja, consciência fenomenal, que pode representar algo com um conteúdo semântico e abstrato. De modo que nossas representações são, de certa forma, como diz Searle (2010), qualia, já que estão vinculadas sempre a alguma característica qualitativa quando conscientes. Na TIF o conteúdo se dá num sentido oposto já que seus teóricos aceitam que existe um conteúdo intencional que é fenomenal chamado por eles de “intencionalidade fenomenal”: um conteúdo determinado pelo aspecto fenomenal de um estado mental intencional estreito, ou seja, constituído apenas pelas propriedades fenomenais da experiência do sujeito (propriedades intracranianas) (HORGAN, TIENSON e GRAHN, 2004).

Neste sentido o significado, ou seja, a semântica depende de um conteúdo mental internalista que é estreito, isto é, a linguagem abstrata irá repousar sobre algo intracraniano, subjetivo, no sentido de que não faz recurso a outra característica externa (ambiente) a não ser aos próprios aspectos que constituem a subjetividade do indivíduo (sistema nervoso central, neurônios, sinapses, etc.). Contrariando assim, o externalismo semântico que, por exemplo, não pode alegar que uma percepção qualquer têm o significado que tem em virtude da transparência da experiência de, apresentar, o que é, propriamente, tal percepção. Digo isto porque, como havia notado Searle (2002), a linguagem tem o seu significado dependente, ou ainda, intrínseco aos aspectos subjetivos da

experiência dos sujeitos. Assim, há um conteúdo mental intencional que é, propriamente, constituído por um aspecto qualitativo, subjetivo, algo dado pela experiência fenomênica dos sujeitos.

Isto que é “dado” na nossa experiência qualitativa consciente, a qualidade que é sempre dada em perspectiva a um estado mental intencional, quando este é consciente, irá depender apenas da fenomenologia sozinha, já que o conteúdo mental intencional fenomenal está fundamentado nas próprias características constitutivas da própria experiência dos sujeitos. Afinal, se o próprio personagem fenomenal de experiência é em si “estreito” (narrow/intracraniano), uma vez que um conteúdo fenomenal dependeria das propriedades da experiência desse sujeito, dado que tais propriedades são intrínsecas (propriedades inerentemente subjetivas/intracranianas), então, disto se segue que tal conteúdo mental é estreito em virtude de ser constituído pela própria intencionalidade fenomenal:

(1) Há um conteúdo intencional a qual seu aspecto (perspectiva subjetiva, experiência do sujeito) depende apenas da fenomenologia.

(2) O aspecto da fenomenologia depende apenas de fatores estreitos.  
Então,

(3) há um conteúdo intencional que tem um aspecto que depende apenas de fatores restritos" (HORGAN E TIENSON 2002, p. 527; HORGAN, TIENSON E GRAHAM 2004, p. 300).

Defensores da TIF apelam ao cenário "cérebro em uma cuba" <sup>14</sup> para sustentar suas premissas. Imagine que alienígenas sintetizam uma estrutura idêntica a do teu próprio cérebro e o conectam a um aparelho altamente sofisticado que é controlado por um computador que pode fornecer inputs para o teu "cérebro na

---

<sup>14</sup> O cérebro em uma cuba é um cenário usado em uma variedade de experiências de pensamento destinadas a extrair certas características de nossas ideias de conhecimento, realidade, verdade, mente, consciência e significado.

cuba" (estrutura idêntica a do teu cérebro) mantendo semelhança entre teu próprio cérebro e a cópia durante um período substancial de tempo<sup>15</sup>. Parece intuitivamente plausível que essa estrutura física alienígena artificial que foi sintetizada e está sendo "controlada" por um computador, em virtude da similaridade física que ela tem com seu próprio cérebro, poderia compartilhar os aspectos fenomenais do teu cérebro original sem recorrer a propriedades extrínsecas, ou seja, que estão fora do teu próprio cérebro. De modo que isto parece apoiar a "estreiteza" da fenomenologia, ou ainda, a intencionalidade fenomenal já que, essa estrutura física idêntica ao do teu cérebro iria, em virtude de compartilhar seus aspectos fenomenais, também, compartilhar muitos outros conteúdos dos teus estados mentais, apoiando a existência de uma intencionalidade que fosse fenomenalmente determinada (MENDELOVICI e BOURGET, 2016).

Agora, dado que o exemplo mais plausível de intencionalidade fenomenal é o conteúdo da experiência perceptual, pois nossas percepções exibem um conteúdo carregado de propriedades fenomenais da experiência e esta experiência perceptiva é um exemplo de intencionalidade fenomenalmente determinada, que apresenta os conteúdos fornecidos pelas nossas percepções. Disto decorre que o argumento da intencionalidade fenomenal mostra a existência de conteúdos estreitos nos estados de percepção, mas ainda assim, não diz nada sobre se os outros estados mentais, tais como as atitudes proposicionais (crenças e desejos) têm conteúdos estreitos. Por isso, como é possível defender um tipo de intencionalidade fenomenal fundamentada nas características da experiência subjetiva e fenomenal dos sujeitos capaz de injetar no mundo a intencionalidade afenomenal extrínseca?

Kriegel (2011b), por exemplo, defendeu que se não há nenhum tipo de intencionalidade afenomenal que, quando ocorrente, ou seja, quando consciente se torne fenomenal por estar fundamentada ao menos de alguma forma sob as características da

---

<sup>15</sup> Para maiores detalhes veja Horgan, Tienson e Graham (2004, p. 302).

experiência consciente, então, nada seria consciente, não ao menos, da forma como nós pensamos que somos: experientes, sobretudo, qualitativamente. Agora, embora existam atitudes proposicionais, características afenomenais, uma vez que estas ganham uma perspectiva, ou seja, são pensadas, instanciadas em nossos cérebros, se tornando estados conscientes, ou ainda, estados de “token” que são instanciados por um indivíduo, onde tais atitudes passam a ser realizações e não meras disposições, já que se tornam pensamentos conscientes, instanciados por sujeitos que têm experiências fenomenais, então tais estados de “token” quando instanciados seriam já, estados fenomenalmente determinados.

Sabemos que a visão de Dennett (1981, 1987, 2009) é muitíssimo divulgada dentro da literatura pertinente nas aclamadas ciências cognitivas no que diz respeito às chamadas atitudes proposicionais. Agora, se dessa visão implicar a intencionalidade fenomenal, então, temos um argumento muito forte a favor da intencionalidade fenomenal. Afinal, poderemos fundamentar a TIF no principal arqui-rival de um conteúdo mental que seja intrínseco as próprias características qualitativas da experiência consciente, já que Dennett é, sobretudo, o principal inimigo dos qualia. Entretanto, antes de tudo, vamos um pouco ais de vagar aqui. Lembremos que Dennett chama sua abordagem da intencionalidade de "Postura Intencional"<sup>16</sup> já que reivindica por uma teia de conceitos intencionais como as crenças e desejos enquanto um instrumento pragmático que podemos usar para fazer uma interpretação de sistemas intencionais em tempo real e "em movimento", supostamente, baseando-nos apenas no comportamento racional destes sistemas, assim como nós mesmos fazemos ao evitarmos a dor e procurar o prazer.

---

<sup>16</sup> Qualquer coisa útil e previsível a partir do Intencional é, por definição, um sistema intencional. "A postura intencional é a estratégia de interpretar o comportamento de uma entidade (pessoa, animal, artefato, tratando-os como se fossem um agente racional que governasse sua "escolha" de "ação" por uma

"consideração" de suas "crenças" e "desejos" (DENNETT, 2009, p. 01).

Quando usamos este leque de conceitos intencionais o que ocorre é que nós próprios, ao utilizá-los, tomamos uma posição em relação a nossa interpretação que entende os outros seres como sendo, aquilo que Dennett chama de "sistemas intencionais": fazer isso é utilizar a "postura intencional" que produz uma espécie de interpretação útil. Como Dennett (1981, p. 72) coloca, "tudo o que há de realmente e verdadeiramente em acreditar que p é ser um sistema intencional para o qual p ocorre como uma crença na melhor interpretação (mais preditiva)".

Em Dennett (1978, 1987, 2009) se um estado interno tem o conteúdo intencional C é porque tal sujeito deve ser melhor interpretado (no âmbito da postura intencional) como estando em um estado interno C. Interpretar alguém como estando em um determinado estado intencional já é em si um ato intencional. Ora, o ato cujo conteúdo é que alguém já está em algum estado intencional (KRIEGEL, 2011a). Portanto, a postura intencional de Dennett (1978, 1987, 2009) implica que a intencionalidade de cada ato intencional deriva do estado a partir da intencionalidade de algum outro estado intencional, ou seja, da interpretação relevante do estado (cujo próprio conteúdo presumivelmente já deriva de outra interpretação de segunda ordem). Disso, resulta que toda a intencionalidade é derivada (DENNETT, 1990; 2009).

Um problema irremediável aqui de acordo com Kriegel (2011b), Filho (2015) e Searle (2010) é que a posição de Dennett acarreta diretamente em uma regressão ao infinito. Porque, por exemplo, se S, um sujeito, pode adquirir o conteúdo mental de algo, digamos um C, somente se houver um Y com outro conteúdo C, em que C é igual a "S tem C". Uma vez que Y só poderá ter um conteúdo mental capaz de interpretar S caso Y seja uma interpretação de Z com o conteúdo "Y tem C", isto parece ser se seguir até o infinito, então parece que só há como evitar esse regresso postulando uma classe de estados intencionais "privilegiados", digamos, um tipo de estados mentais intencionais postulados por Dennett onde deles se originem todos os demais estados:

(A1) Para qualquer produto  $x$  inconsciente de conteúdo intencional  $C$ ,  $x$  tem  $C$  sse existir um possível ponto  $y$  consciente, uma possível intérprete  $N$  ideal em  $K$  condições possíveis, de tal modo que (i) o símbolo  $y$  tem o conteúdo  $\langle x$  tem  $C \rangle$  e (ii)  $X$  é tal como para eliciar  $y$  em  $N$  sob  $K$  (KRIEGEL, 2011b, p. 07).

Note que mesmo que Dennett não se comprometa com ontologia alguma porque deixa claro que visão é apenas de uma interpretação que funciona do comportamento de sistemas que se comportem "como se" exibissem intencionalidade. Dado que sua postura funciona, ela pressupõe realidade e verdade. Assim, se a tese de Dennett é verdadeira, ou seja, se ela funciona, como ele diz, então ela descreve o comportamento de sistemas intencionais "como se" fossem sistemas reais porque eles se comportam de maneira complexa, como se exibissem comportamentos baseados em estados mentais intencionais. Para Dennett mesmo tais estados, sendo mera interpretação de um sujeito racional ideal, a saber, do próprio Dennett, ou qualquer outro que interprete o comportamento de algo "como se" tivesse exibindo tal comportamento, baseado em estados mentais ficcionais úteis, o que importa é que isto funciona. Agora, se Dennett é  $X$ , o interprete ideal, aquele que interpreta o comportamento de um dado sistema, por exemplo, se Dennett interpreta seu computador como de fato jogando xadrez com ele e exibindo o comportamento intencional de querer vencê-lo e isto é "intencionalidade", então quem interpreta Dennett para que a intencionalidade de Dennett seja interpretada e depois possa interpretar o seu computador? Quem é  $Y$ ? Não há um agente  $Y$  que interpreta o comportamento de  $X$ , a saber, de Dennett, se não há, então Dennett é o único capaz de interpreta um comportamento?

Dennett (1978, 1987, 1990, 2009) e as ciências cognitivas sugerem que todo conteúdo mental é derivado e não há nada intrínseco. Agora, se toda intencionalidade é uma interpretação de um comportamento racional ideal interpretado por outro comportamento racional ideal (um sujeito imaginado por Dennett

ou qualquer outro indivíduo humano racional saudável), este comportamento racional ideal não seria uma interpretação desse próprio comportamento racional ideal anterior e assim, indefinidamente? Parece óbvio que os estados intencionais fenomenais conscientes precisam ser intrínsecos sob pena de regressão ao infinito. Se os pensamentos, as percepções e os sentimentos, por exemplo, fenômenos que sempre são ocorrentes não forem originados pela consciência fenomenal que é qualitativa, em um sujeito consciente, que depois podem ser estados armazenados na memória ou em anotações humanas abstratas, por exemplo, então quando tais estados mentais começam, ou ainda, quando a mente é injetada no mundo caso a intencionalidade ocorra de forma inconsciente? Se não existir uma intencionalidade fenomenal, que um fenômeno intrínseco proporcionado exatamente pela experiência consciente dos sujeitos, a qual a TIF advoga, então não poderíamos representar, isto é, não poderíamos instanciar mentalmente conteúdos mentais, pois não haveria instanciação mental alguma para representar alguma coisa. Se não há nada para representar, então não há experiência e sem experiência, tão pouco há uma perspectiva, quicá uma algo genuinamente mental.

## **Conclusão**

Neste ensaio vimos que a TIF é uma abordagem muito recente da intencionalidade onde tal fenômeno está fundamentado nas propriedades fenomenais da experiência dos sujeitos. Isto porque parece não existir como proporcionar uma perspectiva, isto é, não há como dar um ponto de vista a nada, não parece existir um aspecto semântico ou qualitativo a uma propriedade, caso não exista já, uma propriedade fenomenal que é percebida. Sabemos que Searle (1992) notou que naquilo que diz respeito à consciência é, exatamente ela, a aparência, a experiência que fazemos do mundo que é a realidade. Afinal alguém S com uma dor Y tem uma experiência qualitativamente desagradável X que experimenta como

sendo a dor, que aparece a S que experimenta Y. Tire esta aparência, retire de Y de S e a dor some, pois não sobra X, nem Y algum, apenas um S sem X e Y.

Dado que até o momento, só a experiência fenomênica que é uma propriedade fornecida pela consciência dos sujeitos (intrínseca), possui propriedades fenomenais qualitativas por si mesmas porque, apenas um ser fenomenalmente consciente pode representar aspectos qualitativos da realidade, então, somente uma consciência fenomênica poderia exibir as qualidades subjetivas que tornam possíveis as representações mentais como as experimentamos, como sendo intencionais, ou seja, fenômenos de serem sobre ("aboutness") algo diferente de si mesmos.

Num terceiro momento ainda procuramos deixar claro porque os proponentes da TIF defendem que há uma intencionalidade fenomenal que é radicalmente fundamentada na experiência subjetiva dos sujeitos, apresentando a existência de um conteúdo intencional que possui um aspecto fenomenal puro, ou seja, um aspecto fenomenal que é constituído apenas pela fenomenologia sozinha que, não faz recurso a nada externo as propriedades intracranianas dos sujeitos conscientes.

Por fim, acabamos por mostrar que se a teoria pragmatista de Dennett (2009) está correta ao explicar que a intencionalidade é apenas uma postura interpretativa que adotamos para explicar o comportamento complexo e intencional exibido por alguns sistemas, então há de fato uma intencionalidade original, ou seja, mais fundamental, que é exatamente a intencionalidade fenomenal, porque está é intencionalidade constituída pelas propriedades constitutivas da experiência consciente e fenomênica dos sujeitos que são capazes de representarem suas interpretações na consciência.

## Referências

- BOURGET, David. *Consciousness is Underived Intentionality*. Noûs 44 (1), p. 32-58, 2010.
- BRANQUINHO, João e SANTOS, Ricardo. *Intencionalidade*. In: *Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2015.
- BROWN, A. S. *A Review of the Deja Vu Experience*. *Psychological Bulletin*. 129: 394-413, 2003.
- BROWN, Curtis. *Narrow Mental Content*. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2016 Edition), disponível em <https://plato.stanford.edu/archives/sum2016/entries/content-narrow>, acessado em 30/12/2016.
- CAMPBELL, Keith. *Colours, in Contemporary Philosophy in Australia*. Ed. R. Brown and C. D. Rollins, London: Allen and Unwin: 132 – 57, 1969.
- DENNETT, Daniel C. *Brainstorms, Philosophical Essays on Mind and Psychology*. Montgomery, Vt.: Bradford Books, 1978.
- DENNETT, Daniel C. *Intentional Systems Theory*. *The Oxford Handbook of Philosophy of Mind*. Ansgar Beckermann, Brian P. McLaughlin, and Sven Walter (eds). Oxford University Press, 2009.
- DENNETT, Daniel C. *The Intentional Stance*. Cambridge MA: MIT Press, 1987.
- DENNETT, Daniel C. *The Myth of Original Intentionality*. In K.A. Mohyeldin Said, W.H, 1990.
- DRETSKE, F. *Explaining Behavior: Reasons in a World of Causes*. Cambridge: The MIT Press, 1988.
- DRETSKE, F. *Knowledge and the Flow of Information*. Cambridge: The MIT Press, 1981.
- DRETSKE, F. *Naturalizing the Mind*. Cambridge, MA: Bradford Books / MIT Press, 1995.
- FARKAS, K. *Constructing a World for the Senses*. In Kriegel 2013b, 2013.
- FARKAS, K. *Phenomenal intentionality without compromise*. *The Monist*, 91(2): 273-93, 2008a.

- FARKAS, K. *The Subject's Point of View*. Oxford: Oxford University Press, 2008b.
- FILHO, Márcio F. R. Uma crítica à postura intencional de Dennett. *Controvérsia* v. 11, n. 3, 2015.
- FODOR, Jerry A. *Psychosemantics: The Problem of Meaning in the Philosophy of Mind*. Cambridge: MIT Press, 1987.
- GEORGALIS, N. *The Primacy of the Subjective*. Cambridge MA: MIT Press, 2006.
- GOLDMAN, A. *Consciousness, folk psychology, and cognitive science*. *Consciousness and Cognition*, 2 (4): 364–382, 1993b.
- GOLDMAN, A. *The psychology of folk psychology*. *Behavioral and Brain Sciences*, 16: 15–28, 1993a,
- HARDIN, C. L. *Color for Philosophers: Unweaving the Rainbow*. Indianapolis: Hackett, 1988.
- HORGAN, T. TIENSON, J. *The Intentionality of Phenomenology and the Phenomenology of Intentionality*. In: *Philosophy of Mind: Classical and Contemporary Readings*, D. Chalmers (ed.), Oxford: Oxford University Press, p. 520-533, 2002.
- HORGAN, Terence E. TIENSON, John L. e GRAHAN, George. *Internal-world skepticism and mental self-presentation*. In Uriah Kriegel & Kenneth Williford (eds.), *Self-Representational Approaches to Consciousness*, Cambridge, MA: MIT Press. pp. 41–62, 2006.
- HORGAN, Terence E. TIENSON, John L. e GRAHAN, George. *Phenomenal intentionality and the brain in a vat*. In Richard Schantz (ed.), *The Externalist Challenge*, Berlin: Walter De Gruyter. pp. 297–318, 2004.
- HORGAN, Terence E. TIENSON, John L. e GRAHAN, George. *The Blackwell Companion to Consciousness*. Max Velmans and Susan Schneider (eds). Blackwell publishing: Oxford, 2007.
- HORGAN, Terence E. TIENSON, John L. e GRAHAN, George. *The phenomenology of first-person agency*. In Sven Walter & Heinz-Dieter Heckmann (eds.), *Physicalism and Mental Causation*, Imprint Academic. pp. 323–341.
- HORGAN, Terence. *Original Intentionality is Phenomenal Intentionality*. *The Monist*, vol. 96, no. 2, pp. 232-251, 2013.

- KIM, Jaegwon. *Mind in a Physical World: An Essay on the Mind-Body Problem and Mental Causation*. MIT Press, 1998.
- KRIEGEL, Uriah. *Cognitive Phenomenology as the Basis of Unconscious Content*. In Bayne & Montague 2011: 79-102, 2011b.
- KRIEGEL, Uriah. *Intentional inexistence and phenomenal intentionality*. *Philosophical Perspectives*, 21(1): 307-340, 2007.
- KRIEGEL, Uriah. *Phenomenal Intentionality Meets the Extended Mind*. *The Monist* v. 91, pp. 347-373, ano 2008.
- KRIEGEL, Uriah. *Phenomenal intentionality past and present: Introductory*. *Phenomenology and the Cognitive Sciences* v. 12 issue 3 pp 437-444, 2013a.
- KRIEGEL, Uriah. *The Sources of Intentionality*. Oxford University press, 2011a.
- KRIEGEL, Uriah. *The Phenomenal Intentionality Research Program*. In U. Kriegel (ed.), *Phenomenal Intentionality* (pp. 1-26), 2013b.
- KRIEGEL, Uriah. *Towards a New Feeling Theory of Emotion*. *European Journal of Philosophy*, 3: 420-442, 2012.
- LOAR, Brian. *Phenomenal intentionality as the basis of mental content*. In Martin Hahn & B. Ramberg (eds.), *Reflections and Replies: Essays on the Philosophy of Tyler Burge*, Cambridge, MA: MIT Press, 229-258, 2003a.
- LOAR, Brian. *Reference from the first person perspective*. *Philosophical Issues*, 6: 53-72, 1995.
- LOAR, Brian. *Social content and psychological content*. In Robert H. Grimm & D. D. Merrill (eds.), *Contents of Thought*, Tucson: University of Arizona Press, 99-110, 1988.
- LOAR, Brian. *Subjective intentionality*. *Philosophical Topics*, 15(1): 89-124, , 1987.
- LOAR, Brian. *Transparent experience and the availability of qualia*. In Smith & Jokic 2003: 77-96, 2003b.
- LYCAN, William. *Consciousness and experience*. Cambridge, MA: MIT, 1996.
- LYCAN, William. *Phenomenal intentionalities*. *American Philosophical Quarterly* 45, (3): 233-252, 2008.

- LYCAN, William. *Representational Theories of Consciousness*. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2015 Edition). Disponível em <https://plato.stanford.edu/archives/sum2015/entries/consciousness-representational>, acessado em 30/12/2016.
- MARTIN, M. *The transparency of experience*. *Mind and Language*, 17: 376-425, 2002.
- MAUND, Barry (1995). *Colours: Their Nature and Representation*. New York: Cambridge University Press.
- MCGINN, Collin. *Consciousness and Content*. *Proceedings of the British Academy* 76: 219-239, 1988.
- MEMPHIS. John Tienson. Disponível em: <http://www.memphis.edu/philosophy/people/bios/john-tienson.php>, acessado em 12/09/2016.
- MENDELOVICI, Angela. BOURGET, David. *Naturalizing Intentionality Tracking Theories Versus Phenomenal Intentionality Theories*. *Philosophy Compass* 9 (5), p. 325-337, 2014.
- MENDELOVICI, Angela. BOURGET, David. *Phenomenal intentionality*. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/phenomenal-intentionality/>, 29 de agosto de 2016, acessado em 30/12/2016.
- MENDELOVICI, Angela. *Reliable misrepresentation and tracking theories of mental representation*. *Philosophical Studies* 165 (2):421-443, 2013.
- MILLIKAN, Ruth G. *In Defense of Proper Functions*. *Philosophy of Science*, 56, no. 2: 288-302, 1989.
- MILLIKAN, Ruth G. *Language, Thought and Other Biological Categories*. Cambridge: The MIT Press, 1984.
- MILLIKAN, Ruth G. *Thoughts without laws: Cognitive science with content*. *Philosophical Review* 95 (January):47-80, 1986.
- NAGEL, Thomas. *What is it like to be a bat?* *Philosophical Review*, 83: pp. 435-456, 1974.
- NEANDER, Karen. *Swampman meets swampcow*. *Mind and Language* 11 (1): p. 118-29, 1996.

- PAPINEAU, David. *Representation and explanation*. Philosophy of Science 51, p. 550-72, 1984.
- PAUTZ, Adam. *Does Phenomenology Ground Mental Content?* In Kriegel 2013b: p. 194-234, 2013.
- PITT, David. *Intentional psychologism*. Philosophical Studies, 146(1): 117 - 138, 2009.
- PITT, David. *Introspection, Phenomenality, and the Availability of Intentional Content*. In Bayne & Montague 2011: 141-173, 2011.
- PITT, David. *The phenomenology of cognition, or, what is it like to think that P?* Philosophy and Phenomenological Research, 69(1): 1-36, 2004.
- ROSENTHAL, David. *Two Concepts of Consciousness*. Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition Vol. 49, No. 3, pp. 329-359, 1986.
- RUPERT, Robert D. *The best test theory of extension: First principle(s)*. Mind and Language 14 (3):321-355, 1999.
- RUTGERS. *Brian Loar*. Disponível em: <http://philosophy.rutgers.edu/for-faculty/108-loar-brian>, acessado em: 12/09/2016.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e representação*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- SEARLE, John R. *Consciência e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- SEARLE, John R. *Consciousness, explanatory inversion and cognitive science*. Behavioral and Brain Sciences, 13: 585-642, 1990.
- SEARLE, John R. *Consciousness, unconsciousness and intentionality*. Philosophical Issues, 1(1): 45-66, 1991.
- SEARLE, John R. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SEARLE, John R. *The Rediscovery of the Mind*. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.
- SIEWERT, Charles. *The Significance of Consciousness*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- SOUZA, Eduardo Ramos Coimbra de. *Schopenhauer e os conhecimentos intuitivos e abstratos: uma teoria sobre as representações empíricas e abstratas*. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

STAMPE, Dennis W. *Towards a Causal Theory of Linguistic Representation*. Midwest Studies in Philosophy 2 (1):42-63, 1977.

STRAWSON, G. *Mental Reality*. Cambridge MA: MIT Press, 1994.

T.HORGAN, *Terence Horgan*. Disponível em: <http://thorgan.faculty.arizona.edu/>, acessado em 12/09/2016.

TYE, Michael. *Ten Problems of Consciousness*. Cambridge, MA: Bradford Books/MIT Press, 1995.

VAN GULICK, Robert. *Consciousness*. In The Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2014. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/consciousness/>> acessado em 11/05/2016.